



FUNDAÇÃO
Mª ISABEL E RENATO
GAMEIRO



FUNDAÇÃO
Mª ISABEL E RENATO
GAMEIRO

RELATÓRIO

e

CONTAS

2017



Índice

<i>Nota Introdutória ao Relatório e Contas 2017</i>	3
<i>Demonstrações Financeiras</i>	4
Balanço em 31 de Dezembro de 2017	5
Demonstração de resultados por naturezas 2017	7
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais 2017.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Anexo 2017.....	10

Nota Introdutória ao Relatório e Contas 2017

O presente relatório de atividades e contas da Fundação Maria Isabel e Renato Gameiro pretende evidenciar a atividade desenvolvida pela Fundação em 2017 bem como a sua situação patrimonial e financeira.

A Gestão do património imobiliário foi a principal fonte de financiamento da Fundação permitindo desse modo dar continuidade aos apoios a projetos das Entidades Beneficiárias e consequentemente o apoio às pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Foram realizadas as ações de manutenção e conservação do património imobiliário da Fundação de modo a manter o este património em condições para a sua rentabilização como fonte de rendimento.

Os Estatutos da Fundação foram revistos de acordo com as orientações do Secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros aguardando-se a sua aprovação.

Para além dos apoios atribuídos aos idosos e às pessoas com deficiência através das duas entidades beneficiárias da Fundação, Santa Casa da Misericórdia de Torres Novas e Centro de Reabilitação e Integração Torrejano, foi igualmente decidido continuar a apoiar o alojamento de estudantes do ensino superior através de uma parceria com a Câmara Municipal de Torres Novas.

No ano findo em 31/12/2017, os rendimentos totalizaram 44.706,46 euros e os gastos 41.500,61 euros. O resultado líquido do exercício foi de 3.205,85€, propondo o Conselho de Administração a sua transferência para a conta de resultados transitados.

Torres Novas, 19 de Março de 2018

O Conselho de Administração





Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com aprovado pela portaria nº 220/2015 de 24 de Julho e Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho, nos termos da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL). Assim, apresentam-se seguidamente o Balanço em 31/12/2017, a Demonstração de Resultados por Naturezas para o período findo em 31/12/2017, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais de 2017, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo.



Balanço em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3	0,00	0,00
Bens do Património histórico e cultural			
Propriedades de investimento	16	1.228.888,39	1.228.888,39
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Outros Créditos e Ativos não Correntes			
		1.228.888,39	1.228.888,39
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Diferimentos			
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	15	228.863,01	225.619,99
		228.863,01	225.619,99
Total do Ativo		1.457.751,40	1.454.508,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	16	1.253.828,27	1.253.828,27
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	16	194.473,81	189.839,97
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais			
		1.448.302,08	1.443.668,24
Resultado Líquido do Período	16	3.205,85	4.633,84
Total dos fundos Patrimoniais		1.451.507,93	1.448.302,08
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00



Balanço em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e Outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/Doadores/Associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	16	3.643,47	3.606,30
Outras passivos correntes	16	2.600,00	2.600,00
		6.243,47	6.206,30
Total do Passivo		6.243,47	6.206,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.457.751,40	1.454.508,38



Demonstração de resultados por naturezas 2017

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e Serviços Prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos Inventários da Produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	16	-7.613,22	-8.493,94
Gastos com o Pessoal			
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reversões)			
Provisões específicas(aumentos/reversões)			
Outras Imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos	10	44.706,46	39.220,31
Outros gastos	16	-33.887,39	-26.038,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.205,85	4.687,89
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	0,00	-54,05
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16	3.205,85	4.633,84
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos	16	3.205,85	4.633,84
Imposto sobre o rendimento no período			
Resultado líquido do período	16	3.205,85	4.633,84

(1) Euro

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais 2017

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO N (2017)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

Descrição	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										UNIDADE MONETÁRIA (1)	
	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	reservas	Resultado transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos patrimoniais	
1		1.253.828,27			189.839,97			4.633,84	1.448.302,08		1.448.302,08	
	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N											
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
	Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Diferenças de conversação de demonstrações financeiras											
	Realização do excedente de revalorização											
	Excedentes de revalorização											
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
2		0,00	0,00	0,00	4.633,84	0,00	0,00	-4.633,84	0,00	0,00	0,00	
3												
4=2+3								3.205,85	3.205,85		3.205,85	
								3.205,85	3.205,85	0,00	3.205,85	
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N											
	16	1.253.828,27	0,00	0,00	194.473,81	0,00	0,00	0,00	3.205,85	1.451.507,93	0,00	
	6=1+2+3+5											
	6=1+2+3+5											

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros





Demonstração dos fluxos de caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2017	2016
-			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores			
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	16	3.243,02	8.315,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.243,02	8.315,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e os seus equivalentes (1+2+3)	16	3.243,02	8.315,19
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		225.619,99	217.304,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		228.863,01	225.619,99

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



1. Identificação da entidade

- Designação da entidade: Fundação Maria Isabel e Renato Gameiro
- Sede: Praça 5 de Outubro (Santa casa da Misericórdia de Torres Novas), 2350 Torres Novas
- Natureza da atividade: Apoio a idosos e deficientes.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, o Decreto-lei nº 36-A /2011 de 9 de Março e o Código das Sociedades Comerciais. Foi considerado igualmente o disposto na Portaria 218/2015 de 23 de julho e na Portaria 220/2015 de 24 de julho que aprovou os modelos das demonstrações financeiras a aplicar às Entidades do Setor Não Lucrativo.

Sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à entidade em matéria de contabilização e relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC),
- b) Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia
- c) Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

Os modelos das demonstrações financeiras apresentadas foram elaborados de acordo com aprovado pela portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF - ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foi derogada qualquer disposição da NCRF-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do Balanço e Demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Nada a referir.

2.4. Adoção pela primeira vez das NCRF - ESNL



a) Uma explicação acerca da forma como a transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL, afetou a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro relatados;

Não aplicável.

b) Uma explicação acerca da natureza das diferenças de transição que foram reconhecidas como fundos próprios.

Nada a referir.

2.5. Caso uma entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem ser distinguir entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

Nada a referir.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

Ativos fixos tangíveis:

A mensuração dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

Foram considerados os seguintes períodos de vida útil dos bens: Equipamentos Administrativo: de 3 a 6 anos.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas

Nada a referir.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

Nada a referir.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Nada a referir.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1. Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no Período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística;

Nada a referir.

b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Nada a referir.

c) A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto em que seja praticável;

Nada a referir.



d) As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Nada a referir.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1.As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para a quantia escriturada bruta;

Foi considerado o custo de aquisição.

b) Os métodos de depreciação usados;

Ver nota 3.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Equipamento Administrativo: de 3 a 6 anos.

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Ver mapa seguinte.

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações; as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

Movimentos na conta de ativos fixos tangíveis	Equipamento Administrativo
Quantia bruta escriturada inicial	2.132,21
Quantia das depreciações acumuladas iniciais	2.132,21
Quantia líquida inicial (final de 2016)	0,00
Adições no período	0,00
Reduções no período (depreciações do exercício)	0,00
Quantia líquida no final do período (final de 2017)	0,00

5.2.As demonstrações financeiras devem também divulgar:

a) A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantias de passivos;

Nada a referir.

b) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis;

Nada a referir.

5.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expresso por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A de eficácia da revalorização;

Nada a referir.



b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Nada a referir.

5.4. Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Nada a referir.

6. Activos Intangíveis

Nada a referir.

7. Locações

Nada a referir.

8. Custos de empréstimos obtidos:

8.1. As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos;

Nada a referir.

b) A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período;

Nada a referir.

c) A taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização;

Nada a referir.

9. Inventários

9.1. As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Nada a referir.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Nada a referir.

c) A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender;

Nada a referir.



d) A quantia dos inventários escriturada pelo custo corrente;
Nada a referir.

e) A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto no período;
Nada a referir.

f) A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período de acordo com o parágrafo 11.19 da NCRF-ESNL;
Nada a referir.

g) As circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.19 da NCRF-ESNL;
Nada a referir.

h) A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a Passivos.
Nada a referir.

10. Rédito

10.1. Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

Nada a referir.

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de;

Os únicos rendimentos da Entidade provêm de Rendas e Juros de Depósitos a prazo, totalizando em 2017 o valor de 44.706,46€.

11. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Nada a referir.

12. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Não se registaram quaisquer subsídios do Estado ou de Outras entidades. Apenas existem algumas isenções fiscais que são atribuídas a qualquer IPSS.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio:

Nada a referir.



14. Imposto sobre o rendimento

A entidade está isenta de IRC pelo facto de ser uma IPSS e pelo facto de apenas desenvolver atividade no âmbito dos seus fins estatutários.

15. Instrumentos Financeiros:

Meios financeiros Líquidos

Depósitos bancários e caixa – 228.863,01€ (Caixa, Depósitos no Montepio Geral e na C.C Agrícola)

16. Informações adicionais sobre contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

ATIVO

Propriedades de Investimentos – Valor atribuído ao conjunto de Imóveis doados pelos Fundadores, D. Maria Isabel e Dr. Renato Gameiro, e que fizeram parte do valor do fundo social.

Depósitos bancários e caixa – Verificou-se um aumento de 3.243,02 euros no saldo final de 2017 comparativamente ao saldo final de 2016, apesar do aumento dos donativos às Entidades Beneficiárias da Fundação.

FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Fundos Patrimoniais apresentava a decomposição explicitada no mapa “Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais”, que integra o presente relatório.

Apenas foi reconhecida a transferência do Resultado do ano anterior para a conta de resultados transitados e o resultado líquido do exercício.

PASSIVO

Diferimentos – Valor Diferido referente às rendas recebidas em Dezembro de 2017 relativas ao mês de Janeiro de 2018.

Outros Passivos Correntes – Valor correspondente à caução efetuada pela CMTN para os contratos de arrendamento referentes aos apartamentos de Lisboa e o valor a pagar pelo serviço de contabilidade.

GASTOS

Fornecimentos e Serviços Externos – Nos gastos com FSE, salientam-se as despesas com a Conservação e Manutenção de Imóveis, Serviços Especializados, Comissões ALP, Honorários e Seguros.

Outros Gastos – Valor referente aos apoios concedidos ao desenvolvimento dos projetos das Entidades Beneficiárias da Fundação (SCMTN e CRIT), pagamento de IMI, taxas pagas na C.M. de Lisboa, quotização ALP e faturas relativas a conservação de imóveis referentes aos anos de 2015 e 2016 que só foram recebidas e pagas em 2017.

RENDIMENTOS

Os rendimentos da Entidade provêm de Rendas e Juros de Depósitos a prazo, totalizando em 2017 o valor de 44.706,46€.

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Resultado Líquido do Período – A redução do valor do Resultado Líquido de 2017 comparativamente a 2016, deve-se essencialmente ao aumento do valor dos donativos às Entidades Beneficiárias.

17. Benefícios dos empregados:

17.1.As entidades devem divulgar o número médio de trabalhadores durante o ano.

Em 2017, a FMIRG não teve nenhum trabalhador.

17.2.Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período do relato financeiro.

Os órgãos Sociais são constituídos por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. No período relativo ao relato financeiro, os atuais membros dos órgãos sociais tomaram posse em 17/02/2016 para um mandato de 4 anos.

17.3.Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos:

Os órgãos diretivos exercem o seu cargo em regime de voluntariado.

18.Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

- Modelo 10
- Modelo 44
- Modelo 22
- IES
- Submissão do Relatório e contas na Plataforma OCIP da Segurança Social

19 – Outras Informações

Em 31/12/2017, a Fundação Maria Isabel e Renato Gameiro tinha qualquer dívida em mora ou qualquer outro incumprimento perante as suas entidades financiadoras, os seus fornecedores e clientes, o Estado e com todas as restantes partes com quem a Instituição se relaciona.

Torres Novas, 19 de Março de 2018

O Técnico Oficial de Contas



(Membro OTOC n.º 66591)

O Conselho de Administração

